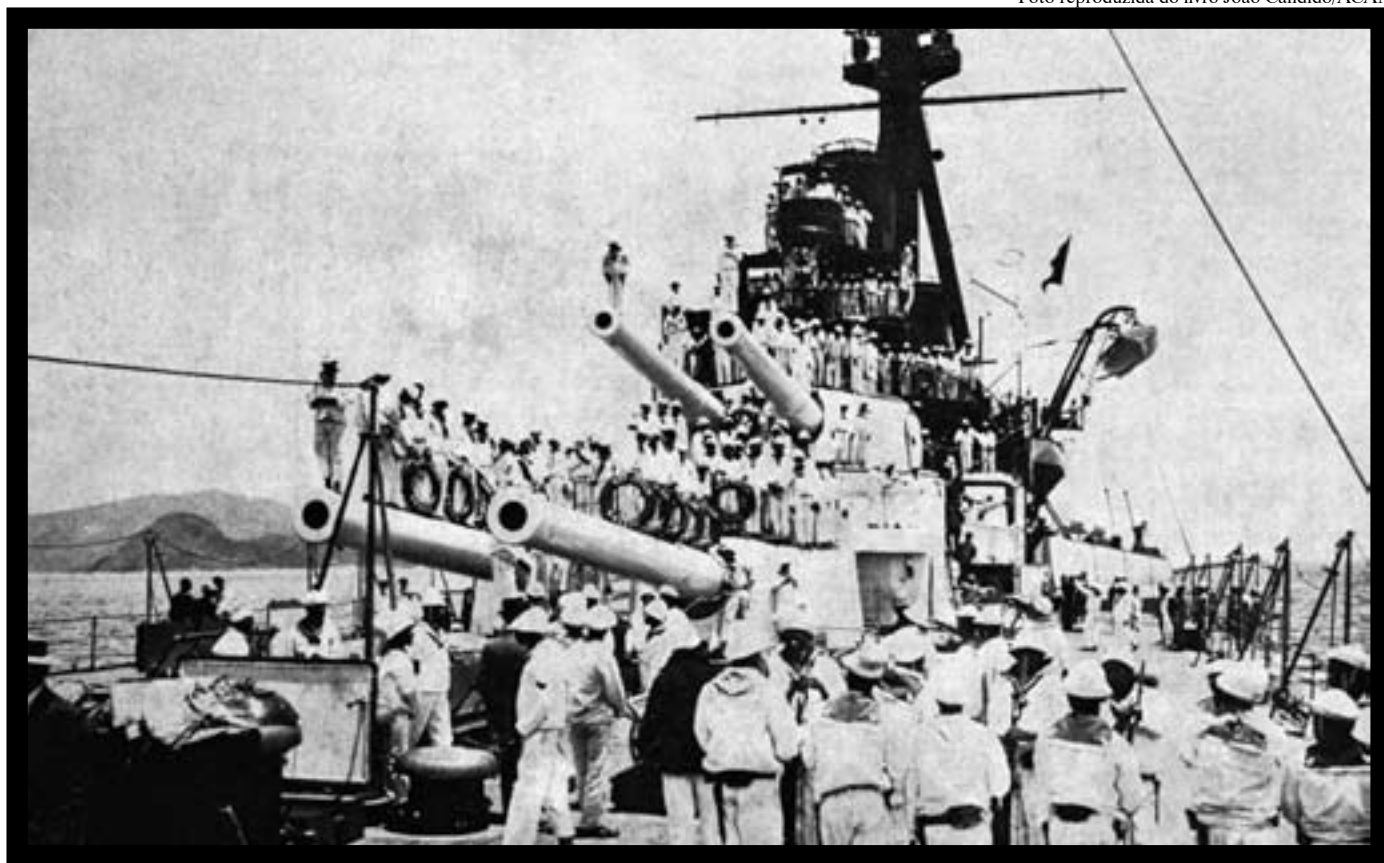


O MESTRE-SALA EMERGE NOS MARES E PEDE PASSAGEM

Paulo Ribeiro da Cunha
Professor de Teoria Política da Unesp, campus de Marília

*Salve o navegante negro,
Que tem por monumento
as pedras pisadas do cais
Aldir Blanc e João Bosco*

Foto reproduzida do livro João Cândido/ACAN



Encouraçado "São Paulo", um dos principais palcos da Revolta da Chibata (1910)

A Revolta da Chibata, de novembro de 1910, é uma bela página de luta do povo brasileiro e tem resistido aos esforços de mantê-la longe dos livros escolares ou apresentá-la de forma distorcida. A indignação dos marinheiros da Armada com a prática de castigos corporais ordenados por oficiais era antiga e explodiu quando o marujo Marcelino Bispo recebeu 250 chicotadas. Ainda hoje, o movimento liderado por João Cândido encontra resistências da Marinha e de setores da elite militar. Mas há tímidas manifestações de jovens oficiais navais dispostos a tratar a questão com serenidade

Já se passaram 100 anos e ainda temos vários débitos com a história do Brasil e com os heróis de seu povo. Não seria diferente no centenário da Revolta da Chibata, revolta que ainda desperta vivas polêmicas; em que pese, haja em curso uma positiva reflexão que, ao menos, possibilita àqueles marinheiros que assumam com dignidade seu lugar na história, quiçá, vistos de forma menos preconceituosa. Com ela, temos igualmente a possibilidade de refletir sobre aqueles acontecimentos à luz de um debate recente sobre a presença dos militares na política, especialmente quando entidades de jovens oficiais e de praças (re)emergem no Brasil procurando, mais uma vez, encontrar seu lugar como su-

jeito na construção de um projeto para a nação. Isso não é pouco, até porque, a despeito de uma considerável bibliografia¹, a Revolta da Chibata ainda encontra resistências extraordinárias de muitos setores da elite militar brasileira na sua compreensão, e mesmo aceitação; tendo como justificativas, ou explicações em contrário, argumentos que variam de aspectos institucionais ou corporativos relacionados à quebra de hierarquia (sugerindo como expressão maior a indisciplina) ao reles preconceito.

Tudo aconteceu — mas na verdade, ainda não se finalizou — há um século, numa data distante no tempo, mas não na história. Somente após o conturbado embate entre as várias facções civis e militares que se digladiaram com a queda

da monarquia, cada uma com seu projeto de república (entre os quais se destacavam os republicanos radicais, seguidos pelos militares positivistas, tendo por últimos os antigos barões travestidos de coronéis), embate associado às consecutivas derrotas militares em Canudos, seguidas ao final por uma vitória que desperta vivas polêmicas até hoje (magistralmente retratada na obra de um autor que também completa seu centenário, Euclides da Cunha), é que a oligarquia do café se hegemonzaria no poder por décadas.

Paralelamente, naquele período também começaria a ser elaborado um projeto para incorporar o país no marco das nações civilizadas, sendo que a expressão maior de modernização veio a ser a reurbanização do Rio de Janeiro



Marinheiros que comandaram a rebelião no “São Paulo”

e a conseqüente expulsão dos moradores das áreas centrais para os morros, onde estão até hoje. Esta política, que ficou conhecida como *café-com-leite*,

era conservadora e não representava alterações políticas de fundo, mas implicava também a modernização de suas Forças Armadas.²

A Armada veio a ser contemplada com um projeto faraônico de renovação, que a colocaria no rol das marinhas mais modernas do mundo.³ O projeto contemplava a aquisição de três *dreadnoughts*, ou encouraçados, seguidos de três cruzadores, seis contratorpedeiros, três

“Designados para treinamento na Inglaterra, os marujos brasileiros conviveriam, por dois anos, com um dos mais politizados e organizados proletariados do mundo, e com os marinheiros russos do encouraçado Potemkin exilados naquele país após a revolução de 1905”

submarinos e outros navios menores. Em alguns quesitos, estaríamos por um tempo à frente mesmo da maior potência naval, a Inglaterra (que tinha dois *dreadnoughts*), sendo os encouraçados Minas Gerais e São Paulo tidos como os mais poderosos do mundo em 1910. A redução do número de *dreadnoughts* encomendados, de três para dois, não abalou a oficialidade naval. Afinal, além de termos adquirido a terceira

maior esquadra do mundo, para a elite nacional essa ousadia digna de monta expressava — como resgatou Edmar Morel, de uma laudatória passagem dos jornais da época

— a corporificação da soberania nacional, sobretudo quando a imponente Esquadra Branca entrou majestosamente na Baía da Guanabara. Em que pese, como bem ressaltou o articulista, ao custo de essa mesma soberania estar *empenhada até a alma nos bancos estrangeiros*.⁴

Contudo, o processo de modernização da esquadra refletiu-se de forma bem diferenciada entre os subalternos e marinheiros; aliás muito

pouco: inclusive no período republicano, servir a Marinha era visto pela população como punição; uma situação análoga à dos tempos imperiais.⁵ Seguramente o aspecto mais abjeto, que mais revoltava os marujos, era a chibata que, proibida na república, era ainda um instrumento disciplinador e punitivo largamente utilizado nos navios. Havia indícios naquela ocasião de uma influência de intelectuais socialistas entre os marujos; segundo várias fontes, alguns deles eram militares desapontados com a república, que realizavam a gradual migração de um republicanismo radical ao marxismo; embora a influência à esquerda entre os marinheiros brasileiros sugestivamente já ocorresse na fase de formação na Inglaterra. Designados para treinamento e para se capacitarem a assumir os navios da esquadra recém adquirida, eles conviveriam, por um período de dois anos, com um dos mais politizados e organizados proletariados do mundo, bem como com os marinheiros russos do encouraçado Potemkim que, após a revolta de 1905, encontrariam exílio naquele país.⁶ Independentemente do grau de influência que tais intelectuais exerceram nesse processo de revolta ou em sua organização — e ao que tudo indica, foi intensa — a presença da chibata foi sem dúvida a pá-de-cal nas ilusões naquela república, especialmente no quesito cidadania.⁷

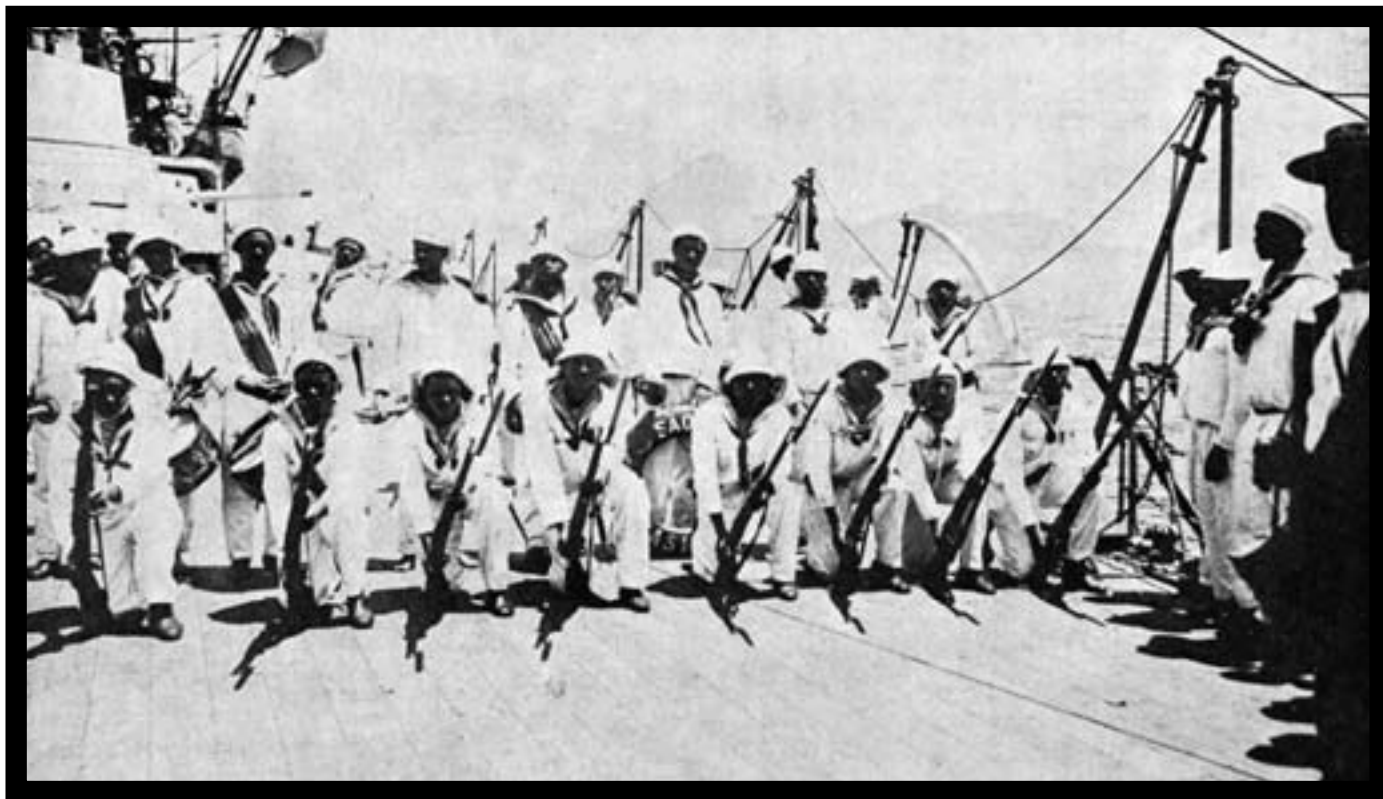
Os acontecimentos relacionados ao componente militar da rebelião são conhecidos, por essa razão não cabe aqui um resgate detalhado (sugerindo, aos interessados em aprofundar a temática, a bibliografia ci-



Marujos músicos também se engajaram na rebelião

tada); para efeito de análise, vou somente chamar atenção sobre alguns aspectos ocorridos antes da eclosão do levante, bem como seus desdobramentos. Ao que tudo indica, os indícios de sua preparação já estavam em curso mesmo antes da posse do marechal Hermes da Fonseca em

1910; mas face à sua condição de militar de prestígio (um dos chamados Jovens Turcos), há fontes que sugerem que os marinheiros queriam esperar até que o novo governo se instalasse e tivesse a oportunidade de estabelecer um diálogo para a supressão da chibata. A situação entre



De armas na mão, em defesa da dignidade

eles já era tensa, e revoltas anteriores entre os marujos tinham acontecido, a mais conhecida em uma divisão naval em viagem ao Chile. Mas o estopim que de-

flagraria sua eclosão não tardaria a ocorrer, e deu-se quando o marinheiro Marcelino Bispo recebeu como punição 250 chibatadas, estando suas costas, após o suplício, mais parecidas a “uma tainha lanhada para ser salgada”.⁸

Não demoraria, o encouraçado Minas Gerais, o *Dragão do Mar* na canção de João Bosco e Aldir Blanc, soou o clarim pedindo combate e a revolta eclodiu em parte da esquadra. Muito bem organizados, em

“Talvez o impacto maior na elite civil e militar à época foi perceber que a marujada, praticamente todos negros, teve a capacidade de comandar com maestria a Esquadra Branca, realizando manobras ousadas, dispensando a presença de oficiais”

rápida luta os marujos logo dominaram os *dreadnoughts* Minas Gerais e São Paulo, matando os oficiais que resistiram, prendendo ou expulsando os demais. À sublevação destes dois grandes navios, seguiu-se a dos cruzadores *Bahia* e *Deodoro*. Com este poder de fogo à disposição dos rebelados, o governo não demorou a perceber que, apesar de uma primeira intenção no sentido de debelar a revolta (e foram muitas), não dispunha de capacidade militar para

contra-atacar, o que resultou em impasse político e militar, tensionando a elite conservadora republicana a um ponto de ruptura, para não dizer de desespero. Parlamentares chegaram às raias do absurdo

de procurar resolver o impasse pela força, apresentando um projeto de lei que propunha que os navios rebelados fossem declarados piratas. Se aprovado, abriria caminho legal para que os vasos de guerra estrangeiros fundeados na Baía de Guanabara pudessem intervir militarmente.

Inegavelmente, a força conjunta dos canhões daqueles encouraçados e cruzadores rebelados se impôs como argumento mais do que

convincente; e o bom senso conciliatório de alguns setores políticos, capitaneados por Rui Barbosa (que em discurso no parlamento chegou a comparar a Revolta dos Marinheiros da Chibata à dos oficiais de 1893, legitimando a primeira ao reconhecer a legitimidade da segunda), permitiu um acordo que oferecia aos poderes republicanos constituídos uma saída diplomática (leia-se honrosa) e, ao mesmo tempo, garantia a anistia aos rebelados — cuja duração, contudo, seria por bem pouco tempo. Acordo feito, anistia votada às pressas no Congresso Nacional, sua negação semanas após decorreria de um pretexto extemporâneo aos marinheiros, quando ocorreu a revolta do Batalhão Naval na Ilha das Cobras, ao que parece por questões corporativas,⁹ e à qual a esquadra não aderiu; mas a elite nacional jogou no limbo a anistia.

Vale dizer que não há livro conhecido sobre a revolta dos fuzileiros navais, e mesmo um conceituado historiador militar que pesquisou o tema, o almirante Hélio Leôncio, afirmou não ter encontrado referências significativas nos arquivos da Marinha. Há hipótese de que a revolta já era de conhecimento do governo e teria sido incentivada e manipulada pelo alto comando para criar condições políticas de intervir na esquadra via estado de sítio.¹⁰ A ausência de processo é seguramente um elemento comprobatório desta hipótese. Quanto aos

marujos, vieram as conseqüentes prisão, tortura, expulsão e o desterro para a Amazônia de dezenas deles. De tal ordem foi a devassa, que a Armada ficou inoperante durante algum tempo por falta de pessoal, tempo necessário para que uma nova safra de marinheiros pudesse ser formada e suprir a lacuna de quadros.

Como ressaltado na introdução, tudo aconteceu há um século, mas ainda não há epílogo. Há atualmente considerável literatura sobre a revolta da Armada de 1910, objeto de pesquisas seminais, como também se apresenta como um acontecimento cuja reflexão encontra resistências enormes entre parte da oficialidade da Marinha, especialmente face ao impacto significativo que teve à época,¹¹ com muitas hipóteses em aberto. Talvez o impacto maior na elite civil e militar à época foi perceber que a marujada, praticamente todos negros e com uma origem escrava de tempos não muito distantes, teve a capacidade de comandar com maestria a Esquadra Branca, realizando manobras ousadas, dispensando mesmo a presença de oficiais. A questão maior, aquela que galvanizou o levante como objetivo de revolta e que fôra uma reivindicação que ex-

pressava a dignidade mutilada dos marinheiros num contexto de cidadania republicana (limitada, vale dizer), era a abolição da chibata, um instrumento de punição, abuso e tortura e, até então, uma herança arcaica do Império.

O preço pago por 600 marinheiros foi, no entanto, extremamente alto: a eles, em particular a João Cândido, além da prisão e expulsão da Armada, restou a marca da exclusão política e uma anistia sem efeito; em que pese uma proposta de remissão que estava em vagarosa tramitação no Parlamento tenha sido finalmente sancionada em projeto de lei, quase

um século após aqueles acontecimentos¹². Guardadas as devidas proporções, temos o movimento dos marinheiros de 1964, e que teve a presença

do mesmo João Cândido em sua assembléia. A proposta de anistia subsequente, efetivamente concedida, não se concretizou devido ao golpe militar; aliás, estes últimos marujos também não seriam esquecidos e iriam se somar aos demais militares e ativistas sociais cassados na primeira leva pós-golpe de 1964.

Ao final, a Revolta da Chibata é um exemplo, quiçá mais um epílogo, daquilo que intitulei em um ensaio recente como um *dueto desarmônico*, numa análise da história das anistias relacionadas aos militares, sendo esta análoga à (in)justiça daquelas concedidas *a posteriori* no Brasil republicano; todas, além de conciliatórias, fo-

“Somente em 2008, depois de 97 anos, a Marinha liberou a documentação sobre a Revolta da Chibata; associada à liberação, veio a divulgação de violenta nota segundo a qual a revolta foi uma rebelião ilegal, sem amparo moral ou legítimo”

tecimento cuja reflexão encontra resistências enormes entre parte da oficialidade da Marinha, especialmente face ao impacto significativo que teve à época,¹¹ com muitas hipóteses em aberto. Talvez o impacto maior na elite civil e militar à época foi perceber que a marujada, praticamente todos negros e com uma origem escrava de tempos não muito distantes, teve a capacidade de comandar com maestria a Esquadra Branca, realizando manobras ousadas, dispensando mesmo a presença de oficiais. A questão maior, aquela que galvanizou o levante como objetivo de revolta e que fôra uma reivindicação que ex-



O pessoal das oficinas aderiu ao movimento

ram socialmente limitadas (de classe) e ideologicamente norteadas (face às influências socialistas), especialmente quando relacionadas aos subalternos e oficiais de esquerda. A rigor, seria igualmente uma constante, particularmente enquanto pressuposto de exclusão dos militares de esquerda ao longo do século XX¹³. Nada distante da passagem em epígrafe, até porque o único monumento ao *almirante* João Cândido, por muito tempo, foram as pedras pisadas do cais. Mesmo iniciativas subseqüentes de resgatar o movimento para a história encontraram considerável resistência; os exemplos são muitos, e pontuaremos alguns deles.

Tempos depois do golpe civil-militar de 1964, algumas tentativas de homenagens, ou mesmo iniciativas

de construir um monumento a João Cândido na sua velhice, foram abortadas por setores da Marinha; e Edmar Morel, autor clássico de um livro sobre a revolta, teve seus direitos políticos cassados em 1964. Uma das razões para sua cassação: o resgate dessa história e do velho marujo no livro que ora se reedita.¹⁴ A música “O Mestre Sala dos Mares”, composta na década de 1970, igualmente encontraria naqueles anos firme oposição da censura à sua liberação, tendo a canção sofrido várias alterações. A *figura de um bravo marinheiro*, que constava da versão original, teve de ser alterada para *figura de um bravo feiticeiro*; substituiu-se *Almirante Negro* por *Navegante Negro*; e na passagem que dizia *jorravam das costas dos negros*, a última pala-

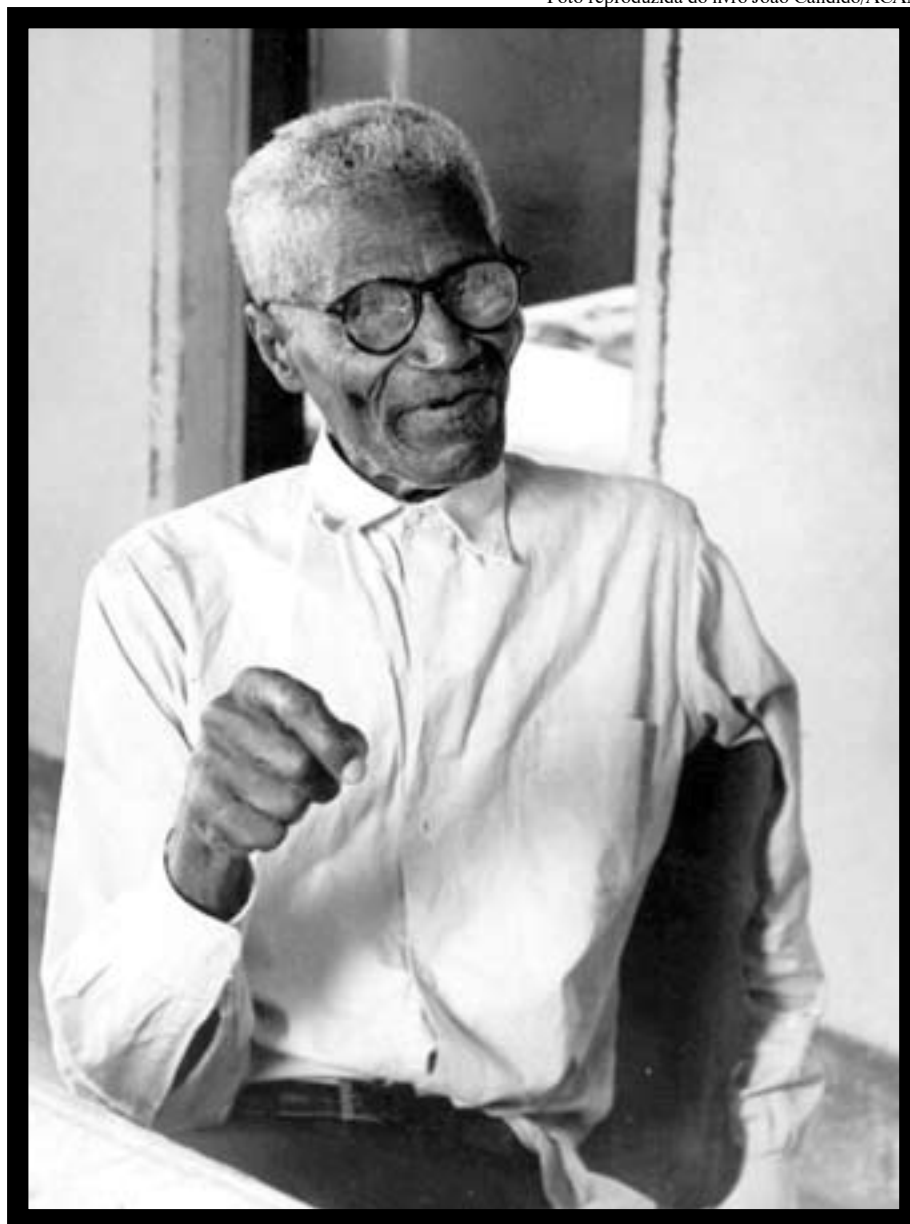
vra foi trocada por *santos*¹⁵; sendo que o censor, em sua argumentação, sustentou ainda a necessidade de mudar o título para que a canção fosse liberada, pontificando ao final: “Nada de Almirante Negro. Preto velho não precisa de cartaz”.¹⁶

O positivo dessa reflexão é que, além, de novos estudos que emergem no debate político e acadêmico em seu centenário, temos visto manifestações — um pouco tímidas e por que não dizer, bem discretas — de jovens militares navais no sentido de enfrentar politicamente a questão da Revolta, com serenidade, até porque não foram poucos os movimentos correlatos de contestação de subalternos e oficiais, na própria Marinha (o *Motim da Escola Naval* e outros) e igualmente no Exército e Aero-

náutica no Brasil do século XX. Se isso faz emergir a figura daqueles expoentes para as novas gerações de militares, especialmente sua liderança histórica mais conhecida, João Cândido, estão ainda presentes muitas dificuldades nesse processo de resgate. Vamos por partes.

A oposição da Marinha ao reconhecimento político da luta dos marinheiros talvez seja o exemplo mais significativo a ser explorado. A partir de uma anistia póstuma concedida pelo Congresso Nacional no final do século XX (aprovada por unanimidade na Câmara e no Senado em 2008, mas sancionada com vetos, no mesmo ano), essa questão emergiu mais uma vez; tendo a medida recebido dura manifestação em contrário da instituição naval, expressa numa violenta nota condenatória.¹⁷ Vale dizer que somente em 2008, depois de 97 anos, a Marinha liberou a documentação sobre a Revolta da Chibata; associada à liberação, veio a divulgação de uma violenta nota que, entre outras passagens, reiterou que a revolta foi *uma rebelião ilegal, sem qualquer amparo moral ou legítimo*.¹⁸ Evidentemente, a instituição naval se expressa por seus comandantes, e como foi apontado não é difícil localizar vozes dissonantes internas, vozes de uma nova geração de militares que argumentam que sua Marinha não é aquela de 1910, bem como procuram se dissociar da história da instituição naval no pós-1964, quando muitos de seus membros atuaram de forma vexatória (para não dizer condenatória) no golpe civil-militar.

Porém, se este último dado é um alento que emerge entre os jovens militares navais, não é isolado social-



Cândido depõe ao Museu da Imagem e do Som (1968)

mente; está associado às muitas manifestações acadêmicas sobre o centenário da Revolta da Chibata em 2010, e nelas se contabilizam as reedições de livros clássicos e a edição de novos sobre a revolta; ou mesmo a apresentação temática de peças de teatro e enredo de escola de samba. Recentemente, ocorreu o reencontro de João Cândido com os mares, em face da designação de um superpetroleiro com seu nome; além de uma aproxi-

mação, enquanto personagem histórico, ao povo da cidade e do campo: um acampamento do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) na região metropolitana de São Paulo recebeu a mesma denominação, e o Movimento dos Sem Terra (MST) patrocinou, por meio da Editora Expressão Popular, uma pequena biografia de João Cândido, inserida na coleção “Viva o Povo Brasileiro”.

Por fim, vale o registro de uma en-

tidade que representa politicamente com muita propriedade os marinheiros de 1964 na luta da anistia: a Unidade de Mobilização Nacional pela Anistia (UMNA) não tem poupado esforços para que um filme sobre a revolta venha a ser produzido, tendo inclusive lançado um documentário sobre sua história, desde a fundação à luta pela anistia, cujo título é *Homenagem a João Cândido*. Ao mesmo tempo, com apoio governamental, a entidade contabilizou uma vitória extraordinária: além de forjar uma estátua de João Cândido, que por muito tempo esteve posicionada nos

jardins do Palácio do Catete, recentemente conseguiu que ela fosse relocada no seu lugar de fato e de direito: a Praça XV, um dos palcos daqueles acontecimentos de 1910. Isso teve por significado maior, quase 100 anos depois da revolta, não somente o reencontro daqueles marujos com sua história, mas, como bem expressa a epígrafe, um reencontro com uma história construída nos anos subsequentes naquele cais.

Em seu centenário, talvez sejam esses os passos mais importantes que podemos relatar de uma reflexão e um resgate em curso sobre o *Mestre*

Sala dos Mares e a Revolta da Chibata, um movimento que, com muita dignidade, expressou uma das mais belas páginas de luta do povo brasileiro; revolta que resistiu aos esforços múltiplos em mantê-la longe dos livros escolares, ou em apresentá-la nas escolas de forma distorcida ao longo do tempo. Uma luta que fez história no Brasil, e que não se apagou ou não foi apagada da memória do povo; até porque, como diz uma passagem de um escritor que me é muito grata como lembrança e se expressa com sabor de poesia, *a memória do povo é do tamanho do mundo*.

Notas

- 1 Cito nas referências bibliográficas alguns desses trabalhos, mas não tive a intenção de resgatar toda a produção sobre o tema. Para efeito da reflexão deste ensaio e o resgate histórico, valorizo em particular o diálogo com Edmar Morel, entre os livros e teses citadas. Vale registro para a recente reedição (2009) do clássico livro de Edmar Morel, organizada e atualizada por Marco Morel, com dados e documentos novos que muito contribuem para essa reflexão bem como para o resgate da revolta.
- 2 Sobre alguns aspectos desse debate, ver SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- 3 Um trabalho recente, que bem resgata este processo bem como traz uma reflexão apurada sobre seus impactos na instituição e na política, pode ser visto em MARTINS FILHO, João Roberto. *A Marinha Brasileira na era dos Encouraçados, 1895-1910*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- 4 MOREL, Edmar. *A Revolta da Chibata*. São Paulo: Paz e Terra, 2009, p.70
- 5 NASCIMENTO, Álvaro Pereira. "Entre convés e as ruas: vida de marinheiro e trabalho na Marinha de Guerra (1870-1910)", in *Nova História Militar Brasileira* (org.: Celso Castro, Vitor Izecksohn, Hendrik Kraay). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- 6 MAESTRI, Mário. *Cisnes Negros: uma história da Revolta da Chibata*. São Paulo: Moderna, 2000, p. 40.
- 7 Sobre a participação de intelectuais socialistas nas revoltas do período, ver MORAES, João Quartim. *A Esquerda Militar no Brasil: da conspiração republicana à guerrilha dos tenentes*. São Paulo: Ed. Siciliano/Expressão Popular, 1991, 2005, p. 122; e CUNHA, Paulo Ribeiro. *Um olhar à esquerda: a utopia tenentista na construção do pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré*. Rio de Janeiro: Revan: Fapesp, 2002, cap. I.
- 8 MOREL, Edmar. *A Revolta da Chibata...op.cit.*, p. 193.
- 9 MAESTRI, Mário. *Cisnes Negros: uma história da Revolta da Chibata... op. cit.*, p. 95; ARIAS NETO, José Miguel. "Em Busca da Cidadania: praças da armada nacional (1967-1910)". Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 2001, p. 285 e ss.
- 10 MAESTRI, Mário. *Cisnes Negros: uma história da Revolta da Chibata... op. cit.*, p. 95.
- 11 *Folha de S. Paulo*, 9/3/2008.
- 12 *OESP*, 25/7/2008.
- 13 CUNHA, Paulo Ribeiro. "Militares e a Anistia no Brasil: um dueto desarmônico", in *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. Edson Teles e Vladimir Safatle (Orgs.) São Paulo: Boitempo, 2010.
- 14 MOREL, Edmar. *A Revolta da Chibata...op.cit.*, p. 266 e ss.
- 15 *João Cândido, o Almirante Negro*. Rio de Janeiro, Gryphus: Museu da Imagem e do Som, 1999, p. 23.
- 16 MOREL, Edmar. *A Revolta da Chibata...op.cit.*, p. 277.
- 17 *O Estado de S. Paulo* (25/7/2008) anuncia que o "Líder de revolta é anistiado após 97 anos", de acordo com o projeto 45, de 2001, de autoria da senadora Marina Silva, que concedia anistia a João Cândido.
- 18 *OESP*, 25/7/2008.

Referências bibliográficas

- ARIAS NETO, José Miguel. "Em Busca da Cidadania: praças da armada nacional (1967 – 1910)". Tese de Doutorado. Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 2001.
- CUNHA, Paulo Ribeiro da. "Militares e a Anistia no Brasil: um dueto desarmônico", in *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. Edson Teles e Vladimir Safatle (Orgs.) São Paulo: Boitempo, 2010.
- CUNHA, Paulo Ribeiro da. *Um olhar à esquerda: a utopia tenentista na construção do pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré*. Rio de Janeiro: Revan/Fapesp, 2002.
- João Cândido, o Almirante Negro*. Rio de Janeiro, Gryphus: Museu da Imagem e do Som, 1999.
- Nova História Militar Brasileira*. Organizadores: Celso Castro, Vitor Izecksohn, Hendrik Kraay. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- MAESTRI, Mário. *Cisnes Negros: uma história da Revolta da Chibata*. São Paulo: Editora Moderna, 2000.
- MARTINS FILHO, João Roberto. *A Marinha Brasileira na era dos Encouraçados, 1895 – 1910*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- MORAES, João Quartim. *A Esquerda Militar no Brasil: da conspiração republicana à guerrilha dos tenentes*. São Paulo: Editora Siciliano/Expressão Popular, 1991, 2005.
- MOREL, Edmar. *A Revolta da Chibata*. São Paulo: Paz e Terra, 2009.
- SILVA, Marcos A. *Contra a Chibata: marinheiros brasileiros em 1910*. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- NASCIMENTO, Álvaro Pereira. "Entre convés e as ruas: vida de marinheiro e trabalho na Marinha de Guerra (1870 – 1910)", in *Nova História Militar Brasileira* (org. Celso Castro, Vitor Izecksohn, Hendrik Kraay). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- PASSOS, Eridan. *João Cândido: o herói da ralé*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.